

O Plano Brady na pauta da reunião do FMI-BIRD

30 MAR 1989

Às vésperas da reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a ser inaugurada amanhã em Washington, o grande assunto na pauta dos círculos financeiros internacionais é o Plano Brady, por meio do qual o novo governo norte-americano pretende encontrar alguma maneira de aliviar o peso da dívida externa dos países do chamado Terceiro Mundo.

Como se esperava desde que o secretário do Tesouro que deu nome ao plano o anunciou, há muita coisa ainda a ser discutida antes que o plano, que, por enquanto, é apenas uma proposição de metas, possa ser implementado e começar a ser aplicado.

As notícias que chegam de Washington nas vésperas da reunião do FMI-Bird não autorizam um grande otimismo. Elas registram mais objeções à idéia geral do plano do que apoios. E a maioria dos observadores acredita que um longo caminho terá que ser percorrido antes que se possa começar a sentir os primeiros benefícios do novo plano, sejam quais forem a sua envergadura e os seus mecanismos.

Para nós, no entanto, não há quaisquer razões para uma atitude de ceticismo diante da iniciativa do governo do presidente Bush.

E não há por dois motivos principais: em primeiro lugar porque o mais importante, em nossa opinião, já aconteceu: a mudança do enfoque do problema da dívida. Isso que se considera o novo **enfoque político**, que substitui o antigo enfoque financeiro, significa que ao contrário do que acontecia até aqui — a preocupação maior dos governos dos países-sedes dos bancos credores e dos organismos financeiros internacionais era a defesa dos interesses dos bancos credores — a preocupação maior passou a ser a situação econômica dos países devedores com toda a carga de ameaças que ela contém para a estabilidade política desses mesmos países.

Em segundo lugar, estamos entre aqueles que, embora reconhecendo a importância do problema da dívida, jamais aceitamos a idéia de que esse seja o principal obstáculo a uma retomada do crescimento econômico dos países endividados, particularmente dos maiores devedores da América Latina.

Segundo o último relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, por exemplo, a dívida externa dos países latino-americanos foi a grande responsável pela estagnação das suas economias em 1988, e também pelos altos índices de inflação que se verificam em todos eles. Para nós, no entanto, a contribuição dessa dívida para essa situação de crise aguda é muito menor do que a contribuição representada pela secular incompetência dos governos da região — além da corrupção endêmica que é marca registrada de todos eles — que sempre procuraram e continuarão procurando justificativas externas para o eterno fracasso de suas políticas internas.

Em outras palavras, estamos convencidos de que, por mais generoso que venha a ser o Plano Brady, as economias de países como o Brasil, o México, a Argentina, a Venezuela e o Peru não passarão a acompanhar o fantástico surto de crescimento que caracteriza, neste momento, as economias dos países desprovidos de preconceitos ideológicos e eficientemente administrados, se não houver, paralelamente ao alívio da dívida externa, uma mudança revolucionária do comportamento habitual dos governos latino-americanos.

O exemplo da Coreia do Sul confirma esse nosso diagnóstico.

Esse país asiático, cujos recursos naturais não podem ser comparados aos do Brasil, da Argentina ou do México, não precisou de nenhum Plano Brady para reduzir sua dívida externa, que chegou a representar 52,5% do PIB, em 1980, para 22% no ano passado.

A Coreia do Sul, que caminha para se tornar um país credor, ao mesmo tempo em que vai saldando os compromissos da dívida, continua registrando um dos maiores índices de crescimento econômico do mundo e mantém índices de inflação plenamente satisfatórios.

E não temos nenhum motivo para acreditar que a economia brasileira não poderia apresentar os mesmos resultados, e até muito melhores, se não fosse o peso morto que carrega nas costas, representado pelo catastrófico desequilíbrio financeiro do setor público, responsável único por uma inflação desenfreada que o governo se recusa a combater com a coragem e a eficiência necessárias.

Isso, evidentemente, não significa que devamos negar ao Plano Brady a importância que inegavelmente tem, particularmente neste momento em que o governo Sarney vai chegando ao fim.

Por mais nebuloso que seja até agora o cenário da luta sucessória neste país, não nos faltam motivos para esperar que o eleitor brasileiro tenha aprendido alguma coisa com os sucessivos fracassos da atual administração, e seja capaz de colocar na Presidência da República alguém capaz de criar as condições internas indispensáveis para que o Brasil possa tirar do Plano Brady, qualquer que venha a ser a sua forma definitiva, todos os benefícios que ele possa proporcionar.

O Plano Brady, aliás, conforme ficou perfeitamente claro com a última exposição do subsecretário do Tesouro, Mulford, parte da premissa de que os governos latino-americanos costumam ser aquilo que dissemos que são, no início deste editorial. Tanto assim que se julgou no direito de mencionar a conveniência de esses governos tomarem medidas para o retorno dos capitais que "se evadiram" dos respectivos países. Nos casos da Argentina e do México, por exemplo, os capitais evadidos são superiores ao total das respectivas dívidas.

Por essa e por outras é que Mulford fez questão de mencionar as **condicionalidades** que serão estabelecidas para a obtenção dos benefícios do plano. Elas não serão menos rigorosas do que as até aqui exigidas pelo FMI para avaliar os acordos com os bancos credores.

Por isso, repetimos, muito mais importante do que a dívida externa — para a retomada do crescimento das economias latino-americanas — continua sendo o problema político interno de cada um dos países devedores.